

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2019/2020

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SP009397/2019
DATA DE REGISTRO NO MTE: 18/09/2019
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR021354/2019
NÚMERO DO PROCESSO: 46252.000865/2019-23
DATA DO PROTOCOLO: 13/09/2019

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

GUARANI S.A., CNPJ n. 47.080.619/0033-02, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). CARLOS LESTON BELMAR e por seu Gerente, Sr(a). ALBERTO BELOMI CAMACHO;

E

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE GUAIRA, CNPJ n. 52.381.456/0001-42, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). BOLIVAR RAIMUNDO;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de maio de 2019 a 30 de abril de 2020 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **Profissional de Trabalhadores Rurais**, com abrangência territorial em **Guaira/SP**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PISO SALARIAL

O piso salarial da categoria a partir de 1º de maio de 2019 é de **R\$ 1.153,67** (Hum Mil, Cento e Cinquenta e Tres Reais e Sessenta e Sete Centavos) por mês, **R\$ 38,45** (Trinta e Oito Reais e Quarenta e Cinco Centavos) por dia e **R\$ 5,24** (Cinco Reais e Vinte e Quatro Centavos) por hora.

Parágrafo único – Se durante a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho o piso salarial estabelecido pela Lei nº 12.640, de 11 de julho de 2007, no âmbito do Estado de São Paulo, for maior do que o negociado neste acordo, fica a empregadora obrigada a pagar o piso salarial do Estado de São Paulo, prevalecendo, pra fins de base de cálculo, para o reajuste da data-base, o piso salarial constante da cláusula do Piso Salarial, e não o da Lei 12.640/2007.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE SALARIAL

Em cumprimento ao disposto nos artigos 10 e 13, §2º, da Lei 10.192, de 14 de fevereiro de 2001 (DOU de 16.02.2001), ficando quitados eventuais direitos decorrentes de todas as legislações em vigor, será aplicado em 01/05/2019, o aumento salarial da seguinte forma:

I - Para os salários nominais até o teto de R\$ 11.494,96 (onze mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e noventa e seis centavos) os salários serão corrigidos com o percentual de 4,00% (quatro por cento) sobre os salários vigentes em 30 de abril de 2018;

II - Para os salários nominais superiores a R\$ 11.494,97 (onze mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e noventa e sete centavos) um valor fixo de R\$ 458,60 (Quatrocentos e Cinquenta e Oito Reais e Sessenta Centavos) a partir de 1º de maio de 2019, valores esses que integralizarão a remuneração dos trabalhadores.

§1º - Serão compensados todos e quaisquer reajustamentos, antecipações, abonos e/ou aumentos, espontâneos ou compulsórios, incluídos os decorrentes de aplicação de acordos coletivos, sentenças normativas e da legislação, concedidos desde 01.05.2018, inclusive, e até 30.04.2019, inclusive, exceto os decorrentes de promoção, equiparação salarial, transferência, implemento de idade, mérito, término de aprendizagem.

§2º - Para os empregados admitidos após a data-base 01.05.2018, em função com paradigma, será aplicado o mesmo percentual de reajustamento de salário concedido ao paradigma nos termos desta cláusula, desde que não ultrapasse o menor salário da função.

§3º - Tratando-se de funções sem paradigma será aplicado o percentual único, considerando-se, também como mês de serviço, a fração superior a 15 dias, incidente sobre salário da data de admissão, desde que não ultrapasse o menor salário da função, após as compensações de que trata o parágrafo 3º desta cláusula, desde a admissão, se for o caso, de forma proporcional.

§4º - Na hipótese de haver desligamento antes da aplicação dos reajustamentos salariais previstos nesta cláusula, a empresa fica obrigada a fazer a incidência integral deles nas verbas rescisórias.

CLÁUSULA QUINTA - DOS ENVELOPES DE PAGAMENTO

Fornecimento a cada empregado de comprovante de pagamento com a discriminação das importâncias pagas e dos descontos efetuados, e a identificação daquele e do empregador, devendo em caso de dúvida ou erro prevalecer os valores de produção constantes dos comprovantes previstos na cláusula Nona.

CLÁUSULA SEXTA - AFASTAMENTO DO SERVIÇO POR DOENÇA

A **Empregadora** se compromete a pagar a diferença entre o salário normativo e o auxílio previdenciário ao empregado durante o período de até 45 dias de afastamento dos serviços por motivo de doença, devidamente comprovada perante a Previdência Social, nos termos da Lei n.º 7.604/87 e da Portaria PT-GM 4.048/87.

Parágrafo único - Caso a Previdência Social não conceda o auxílio-doença por motivo atribuível àquele órgão (cabendo a prova de tal fato ao trabalhador através de documento oficial), a empresa fica obrigada ao pagamento do salário normativo durante o período de até 45 dias de afastamento, que será realizado na data do pagamento dos demais salários.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA SÉTIMA - DA REMUNERAÇÃO DO "BITUQUEIRO"

Durante o período de safra, aos trabalhadores CATADORES DE CANA (**bituqueiros**), seja qual for o critério da respectiva remuneração, será assegurado, como mínima, o valor da diária estipulada conforme os critérios da Cláusula 3ª, com o adicional de **20%** (vinte por cento).

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO DE SALÁRIOS INTEGRAIS

A empresa garantirá aos trabalhadores o pagamento de uma diária nos dias em que não houver trabalho, em virtude da ocorrência de chuvas, falta de cana queimada ou outros fatores alheios à vontade do trabalhador, desde que anotada sua presença e disponibilidade no local de trabalho, sendo obrigatória a presença do veículo transportador no local costumeiro de embarque.

Parágrafo único - Na eventualidade de o trabalhador não trabalhar parte do dia em razão dos motivos acima citados, a empresa lhe garantirá sempre o maior valor: ou o da diária, ou da produção efetuada naquele dia.

CLÁUSULA NONA - DOS COMPROVANTES DE PRODUÇÃO

Obrigatoriedade do empregador em fornecer, diariamente, comprovante de produção com seu nome e do empregado, o número do talhão, a quantidade de cana cortada a seu correspondente valor em dinheiro.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA COMPLEMENTAÇÃO DE REMUNERAÇÃO

A **Empregadora** se obriga a pagar a diferença correspondente à complementação da remuneração devida ao empregado durante o período de inatividade por acidente de trabalho com estabilidade do empregado na forma da lei.

Parágrafo único - Caso a Previdência Social não conceda o auxílio-doença por motivo atribuível àquele órgão (cabendo a prova de tal fato ao trabalhador através de documento oficial), a empresa fica obrigada ao pagamento do salário normativo durante o período de até 45 dias de afastamento, que será realizado na data do pagamento dos demais salários.

Salário produção ou tarefa

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PREÇO DA TONELADA DE CANA

Os preços da tonelada para o corte de cana-de-açúcar a partir de 01 de maio de 2019 são os seguintes:

I - para o corte de cana de 18 meses, **R\$ 5,31** (cinco reais e trinta e um centavos) por tonelada e

II - para outros cortes, **R\$ 5,02** (quatro reais e dois centavos) por tonelada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTOS DE SALÁRIOS INTEGRAIS

Pagamento pelos empregadores aos empregados da diária nos dias em que não houver trabalho em virtude da ocorrência de chuvas, falta de cana queimada ou outros fatores alheios à vontade do empregado, anotada sua presença no local de serviços e, desde que permaneça à disposição daquelas, sendo obrigatória a presença do veículo transportador no local costumeiro de embarque.

Parágrafo único - Na eventualidade de o trabalhador não trabalhar parte do dia em razão dos motivos acima citados, a empresa lhe garantirá sempre o maior valor: ou o da diária, ou da produção efetuada naquele dia.

Isonomia Salarial

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DE SALÁRIO DO SUBSTITUÍDO

Garantia ao empregado rural admitido para função de outro dispensado, de salário igual ao do empregado de menor salário naquela função sem considerar vantagens pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA NÃO DISCRIMINAÇÃO

Proibição de diferenças de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

Descontos Salariais

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS DESCONTOS

Ficam proibidos os descontos genéricos, devendo cada parcela ser discriminada, seja a que título for bem como o motivo do desconto.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA TROCA DAS HORAS IN ITINERE POR VERBA INDENIZATÓRIA “INDENIZAÇÃO HII - A

Em conformidade com a nova legislação trabalhista que busca o fortalecimento da relação Empresa/Sindicato no sentido de o negociado prevaleça sobre o legislado; ainda que anteriormente havia o pagamento do valor correspondente a **1 HORA POR DIA EFETIVAMENTE TRABALHADO** a título de horas "in itinere", calculados sobre o salário-base, e acrescido do percentual de 50% (Cinquenta por cento), ou seja, adicional previsto em Acordo Coletivo de Trabalho.

Considerando que a decisão do RE 895.759 onde o Relator Teori Zavascki decidiu: (...) "Ainda que o acordo coletivo de trabalho tenha afastado direito assegurado aos trabalhadores pela CLT, concedeu-lhe outras vantagens com vistas a compensar essa supressão. Ademais, a validade da votação da Assembleia Geral que deliberou pela celebração do acordo coletivo de trabalho não foi rechaçada nesta demanda, razão pela qual se deve presumir legítima a manifestação de vontade proferida pela entidade sindical(...), ACORDAM o Sindicato e a empresa, por liberalidade, a troca pelo valor do equivalente a 80% de 1 hora extras diários por dia efetivamente trabalhado a título de “**Indenização HII - Abono Sindical Individual**”, por até 3 anos a iniciar em 1/05/2018 podendo estender até 30/04/2021, verba essa que não deverá integrar qualquer reflexo, seja nos DSR, no décimo terceiro salário, férias, FGTS,

aviso prévio, nem mesmo deverá computar a base de cálculo para incidência de encargos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO PAGAMENTO DOS SALÁRIOS

Obrigação do pagamento dos salários em dinheiro, cheque nominal ao empregado ou ordem de pagamento bancária, excluída qualquer outra modalidade, e durante a jornada.

Parágrafo  nico - Os pagamentos dos salários deverão ser efetuados até o 5^o (quinto) dia útil do mês subsequente.

Gratifica es, Adicionais, Auxílios e Outros

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS HORAS EXTRAS

As horas extraordinárias serão remuneradas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) para as 02 (duas) primeiras horas extras trabalhadas num mesmo dia, e 70% (setenta por cento) para as demais, em rela o   remunera o das horas normais.

É 1^o As horas trabalhadas em feriados ou em dias de repouso semanal serão remuneradas com acréscimo de 100% (cem por cento), independentemente da remunera o do repouso.

É 2^o é facultado à **EMPRESA** adotar a pr -assimila o dos intervalos de repouso e alimenta o durante a jornada, ficando garantido, sempre, o seu devido gozo.

É 3^o é facultado à **EMPRESA** adotar turno ininterrupto de revezamento ou fixo, com jornada semanal de, no máximo, 44hs semanais, nos termos do inciso XIV do art. 7^o da CF/88.

É 4^o é facultado à empresa adotar sistema alternativo de controle de jornada nos termos da Portaria 373/2011 do Ministério do Trabalho, ficando também acordado a não necessidade de impressão do "Comprovante de Registro de Ponto do Trabalhador", nos termos do art. 11 da Portaria 1510/2009 também do Ministério do Trabalho.

Adicional Noturno

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO ADICIONAL NOTURNO

Para os trabalhadores rurícolas, a hora noturna será remunerada com o adicional de **30%** (trinta por cento), a incidir sobre o valor da hora normal, no período compreendido entre as 21h00min e as 05h00min.

Parágrafo único – Para os trabalhadores que não exercem a função de rurícolas, o adicional noturno será compreendido no período das 22h00min às 05h00min com o mesmo percentual de **30%**.

Adicional de Insalubridade

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Não obstante a **EMPRESA** ter adotado medidas técnicas suficientes para neutralizar os agentes insalubres anteriormente existentes nas atividades de aplicação de herbicida, medidas estas devidamente atestadas em laudos técnicos específicos, **Empresa** e **Sindicato** concordam que a empresa poderá pagar o adicional de insalubridade no grau médio, qual seja **20%**, incidente sobre o salário mínimo nacional, aos aplicadores de herbicida costal.

Parágrafo único. A opção da Empresa pelo pagamento do adicional de insalubridade constitui-se em cláusula negocial estabelecida entre as partes acordantes, não acarretando efeitos diversos tais como, autorização do MTE para prorrogação de jornada, benefícios e/ou encargos previdenciários suplementares, etc.

Outros Adicionais

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA TROCA DE HORAS ACT - ESCALA DE TURNO POR TICKET ACT

Considerando que os empregados que se ativam nas lavouras em turnos ininterruptos de revezamento durante a safra e ativam se nas escalas de 5 x 1 e 6 x 1, por manterem uma jornada diária de 7h20min serão compensados com o pagamento de um Ticket ACT no valor de R\$ 260,00 (Duzentos e sessenta reais) na safra que ora fixamos de abril a novembro de cada ano. Sindicato e empresa reconhecem que as horas extras 50% ACT que eram pagas há vários anos refere-se a compensação dos turnos ininterruptos de revezamento e portanto reconhecem como quitados eventuais diferenças de turno nos últimos 5 anos ou devendo ser compensadas.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO VALE ALIMENTAÇÃO

A Empresa se compromete a pagar a todos os trabalhadores rurícolas, um vale alimentação no valor facial de R\$ 160,75 (Cento e Sessenta Reais e Setenta e Cinco Centavos) mensais pagos através de cartão magnético oferecido pela administradora do benefício.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO AUXÍLIO FUNERAL

Garantia de percepção única de 08 (oito) salários normativos ao dependente legal do empregado morto, acidental ou naturalmente, habilitado pela Previdência Social ou pelo Juízo Cível, que serão pagos em única vez, pelas Empregadoras ou pelas Companhias Seguradoras.

Auxílio Creche

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - AUXILIO CRECHE

A empresa concederá Auxílio Creche, em conformidade com o disposto o art. 389 § 1º da CLT, e portaria 3,296/86 aos filhos de empregadas, menores de 02 (dois) anos, a partir de 1º de maio/2019 no valor máximo de reembolso mensal de R\$ 235,56 (Duzentos e Trinta e Cinco Reais e Cinquenta e Seis Centavos).

§ 1º Para as empregadas que não utilizarem o Auxílio Creche, será mantido o pagamento de valor correspondente ao mesmo, observando o limite máximo do benefício durante os 02 (dois) primeiros anos de vida da criança, mediante comprovação/recibo de pagamento da despesa a este título.

§ 2º Este benefício será concedido apenas para os filhos de empregadas (mulheres). No caso de empregados (homens), este benefício será concedido mediante a comprovação de custódia legal, reconhecida através de ato judicial.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO CONTRATO DE TRABALHO

Os contratos de trabalho, na vigência deste acordo coletivo, serão celebrados diretamente entre o empregador e o empregado rural, evitando-se a contratação por intermediários, salvo empresas regularmente constituídas, hipótese em que o tomador da mão-de-obra ficará obrigado solidariamente pelo fiel cumprimento de todas as cláusulas do presente instrumento

Parágrafo único – A Empregadora se compromete a fornecer a 2ª. via do contrato de trabalho ao trabalhador rural.

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DAS VERBAS RESCISÓRIAS

Quitação das verbas rescisórias incontroversas nos prazos e nas condições previstas na lei.

Suspensão do Contrato de Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

Fica ajustada a possibilidade de suspender o Contrato de Trabalho de 02 (dois) a 05 (cinco) meses para a participação do empregado em Curso ou Programa de Qualificação Profissional, conforme previsto no Art. 476-A da CLT.

§ 1º O empregador poderá conceder ao empregado ajuda compensatória mensal, sem natureza salarial, durante o período de suspensão contratual nos termos do Parágrafo 3º do Art. 476-A da CLT no valor da diferença entre a média salarial recebida nos últimos 3 (três) meses ao da suspensão do contrato de trabalho e o valor recebido pelo programa.

§ 2º Se ocorrer a dispensa do empregado no transcurso do período de suspensão contratual ou nos três meses subseqüentes ao seu retorno ao trabalho, o empregador pagará ao empregado, além das parcelas indenizatórias previstas na legislação em vigor, multa no valor da última remuneração anterior à suspensão do contrato.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DA ADMISSÃO APÓS A DATA-BASE

Ficam assegurados os MESMOS PERCENTUAIS contidos nas cláusulas acima, aos empregados rurais admitidos após a data-base (01 de maio de 2019), limitando-se

ao salário reajustado do empregado mais antigo admitido até 30/04/2018 que exerça a mesma função.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - BANCO DE HORAS

Nos termos do art. 59 da CLT é facultado à empresa compensar o excedente das horas trabalhadas em um dia em outros dias, de maneira que não exceda, no período máximo de 1 ano, a soma das jornadas semanais previstas.

§ 1º – Abrangência:

Os trabalhadores admitidos durante a vigência deste Acordo estarão automaticamente inseridos no mesmo, sem ter a necessidade de firmar acordo individual.

§ 2º – Sistema de Compensação:

As duas primeiras horas extraordinárias trabalhadas durante uma mesma jornada serão creditadas no Banco de Horas para futura compensação, ficando a Empresa obrigada a pagar integralmente aquelas horas que, por ventura, não venham a ser compensadas com os adicionais previstos no Acordo Coletivo de Trabalho.

§ 3º – Apuração Mensal:

As horas, para efeito de atualização do Banco de Horas, serão apuradas mensalmente de acordo com o calendário de encerramento dos cartões-ponto para o processamento da folha de pagamento.

§ 4º – Quando Compensar:

A **EMPREGADORA**, em consenso com o empregado, avaliará a melhor data/período para compensação das horas acumuladas no Banco de Horas, dentro do período de vigência deste, sendo que o número de horas deverá ser convertido em número de dias.

§ 5º – Forma de Compensação:

As compensações das horas existentes no Banco de Horas serão sempre na paridade de uma para uma.

§ 6º – Folgas:

O saldo credor do Banco de Horas poderá ser gozado da seguinte forma:

- a. Folgas individuais quando houver redução de trabalho;
- b. Folgas adicionais seguidas ao período de férias individuais ou coletivas;
- c. Folgas coletivas (dois ou mais empregados).

§ 7º – Folgas Coletivas:

No caso de folgas coletivas, os empregados que não possuírem saldo credor ou tiverem saldo insuficiente, também poderão gozar tais folgas, debitando-se as horas correspondentes no Banco de Horas.

§ 9º – Apuração Final:

A apuração final do Banco de Horas ocorrerá em 30 de Abril de 2015 e, no caso de existência de saldo positivo na data da apuração, estas deverão ser pagas ao empregado com o salário da época e com os adicionais previstos no Acordo Coletivo de Trabalho, e em caso de saldo devedor, este será zerado.

§ 10º – Desligamento:

Na ocorrência de desligamento do empregado, o saldo credor será pago como horas extraordinárias, com os acréscimos previstos em Acordo Coletivo de Trabalho, e o saldo devedor será abonado. quando a rescisão for por iniciativa da Empresa.

§ 11º – Extrato:

A **EMPREGADORA** fornecerá sempre que formalmente solicitado, extrato do banco de horas ao **SINDICATO**, com o saldo de horas a crédito ou débito por meio eletrônico ou impresso.

§ 12º – Outras Compensações:

A adoção deste sistema de flexibilização de jornada de trabalho não descaracteriza o acordo de compensação individual de jornada.

§ 13º – Saldo:

A **EMPREGADORA** fornecerá mensalmente ou sempre que formalmente solicitado, o extrato do banco de horas ao empregado interessado, com o saldo de horas a crédito ou débito por meio eletrônico ou impresso.

§ 14º – Disposições Finais:

CONSIDERANDO que o acordo de compensação previsto na presente cláusula foi ajustado mediante negociação;

CONSIDERANDO que a concessão de folgas advindas das horas acumuladas no banco de horas se dará em consenso entre empregado e empresa;

CONSIDERANDO que as horas prorrogadas por ventura excedentes a 2:00hs diárias serão pagas com acréscimo superior ao legal e;

CONSIDERANDO o que se estabelece a Cláusula DA LEGALIDADE DA REPRESENTAÇÃO do presente instrumento,

As partes estabelecem que a prestação de horas extras habituais, mesmo dentro do atual sistema de compensação, não descaracterizará o mesmo.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Serviço Militar

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DO SERVIÇO MILITAR

Serão protegidos nos termos da lei, os empregados em idade de prestação de serviço militar.

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA APOSENTADORIA E GARANTIAS

Aos empregados que comprovadamente estiverem a um máximo de 12 (doze) meses da aquisição do direito à aposentadoria, por tempo de serviço integral, e que contarem no mínimo com 10(dez) anos de serviço ininterruptos na mesma empresa, fica assegurado o emprego ou salário durante o período que faltar para aposentar-se, ressalvada a dispensa por falta grave ou pedido de demissão.

O empregado, para fazer jus à garantia da presente cláusula, deverá comprovar sua condição no prazo de 30 (trinta) dias a contar de seu desligamento.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DO MODO DE AFERIÇÃO – PREÇO – TONELADA

No início do corte de cada talhão, o representante dos empregadores comunicará aos empregados o preço provisório para o corte por metro linear da cana desse talhão.

§ 1º Esse preço provisório será considerado mínimo, estando sujeito à alteração para maior em função do resultado da pesagem da cana de amostra para a conversão de metros lineares em tonelada, na forma descrita a seguir:

- I** A produção de cana cortada será diariamente medida por metro linear, na terceira rua ou linha com emprego de compasso fixo de dois metros, com ponta de ferro, na presença do empregado interessado, fazendo-se, nesta oportunidade, a conversão do preço da tonelada para o preço correspondente ao metro linear.
- II** Para esse efeito, ao se iniciar o corte de um talhão, um caminhão será carregado com carga colhida pelo empregado, oriunda de até três pontos

diferentes desse talhão, o qual servirá de amostragem devendo essa carga de cana ter sido medida com um compasso nas condições acima.

III O caminhão seguirá para a balança para pesagem de carga, assegurado o direito de acompanhá-lo sem ônus para os empregadores. A relação tonelada/metro linear encontrada na carga será observada como padrão para a conversão de toda a cana do mesmo talhão.

IV As Usinas ou Destilarias darão prioridade à pesagem e descarga de cana de amostragem a que se refere esta cláusula, seja ela das companhias agrícolas ou de fornecedores, ficando assegurado que, até o final de cada dia, os cortadores terão conhecimento do preço do corte do metro linear de cana que cortaram durante esse dia.

§ 2º Fica facultado o acesso do Presidente ou do Diretor, devidamente credenciado, do Sindicato de Empregado acordante e, desde que comunicado previamente e devidamente acompanhado pelo empregador ou seu representante, para acompanhamento de pesagem da cana e busca de soluções, em conjunto, quando necessárias, concedendo-se-lhes as condições adequadas para tanto. As partes que acompanharem a medição devem, ao final, aporem o “DE ACORDO” no documento próprio.

§ 3º A cana-de-açúcar destinada à industrialização será obrigatoriamente queimada antes do corte.

§ 4º Fica facultada a adoção de outro método, desde que seja objeto de negociação direta entre empresa e Sindicato Profissional.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DO CORTE DE CANA

Estabelecimento do corte da Cana pelo sistema de 5 (cinco) ruas, despontada, amontoada ou esteirada, respeitados os usos e costumes de cada região.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DA ENTREGA DE DOCUMENTOS

Obrigatoriedade dos empregadores rurais, através de seus prepostos, se exigidos pelos mesmos, quando do recebimento da CTPS, certidão de nascimento ou casamento, o façam mediante recibo a favor do empregado rural.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DA JORNADA DE TRABALHO E INTERVALOS

Fica convencionado que a jornada de trabalho será de 44 horas semanais, 7:20 horas diárias, sempre com intervalo de 1 (uma) hora para refeição e descanso .

Compensação de Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DA COMPENSAÇÃO / FERIADOS

A empresa poderá estabelecer programa de compensação de dias úteis intercalados entre domingos e feriados e fins de semana e carnaval, de sorte a conceder aos empregados um período mais prolongado de descanso, mediante entendimento direto com a maioria dos empregados dos setores envolvidos.

Parágrafo único - A ratificação pela diretoria do Sindicato se dará no próprio documento da compensação.

Férias e Licenças

Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DAS FÉRIAS

As férias individuais ou coletivas devem iniciar-se sempre no 1º(primeiro) dia útil da semana.

§ 1º Na hipótese de casamento do trabalhador e, a devida comunicação com antecedência mínima à empresa, lhe será facultado coincidir o gozo das férias com o período de casamento.

§ 2º É facultada aos empregados contratados a prazo indeterminado, ficando a critério da empresa a concessão, a solicitação da data de início do gozo das férias bem como, o eventual fracionamento daquelas em até dois períodos, desde que nenhum deles seja inferior a 10 (dez) dias.

Licença Maternidade

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DA EMPREGADA RURAL GESTANTE

Fica assegurada a estabilidade provisória para gestantes nos termos da lei.

Parágrafo único: Recomenda-se que, a critério do médico, devendo ser o da empresa quando houver, quando o estado de gravidez da empregada estiver sendo prejudicado pelas condições de trabalho, e na impossibilidade da mesma exercer

outra função compatível com o seu estado, e a vista do atestado do médico que a acompanha, a **EMPRESA** antecipe seu afastamento.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Condições de Ambiente de Trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - INSTALAÇÃO SANITÁRIA, ABRIGO E ÁGUA POTÁVEL

Obrigatoriedade do empregador no oferecimento aos empregados de barracas removíveis para fins sanitários e abrigo contra chuvas e outras intempéries, onde haverá obrigatoriamente água potável em recipientes higiênicos, podendo servir como abrigo o próprio veículo transportador que, nesse caso, permanecerá nos locais de trabalho durante toda a jornada.

Equipamentos de Proteção Individual

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DA GRATUIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRABALHO

Fornecimento gratuito pela empregadora de instrumentos de trabalho no local da prestação de serviços, cujo transporte poderá ser feito no mesmo veículo, em compartimento separado, de forma que as ferramentas e as limas fiquem devidamente acondicionadas, devendo ser repostas quando necessário.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA

Fornecimento gratuito pelo empregador de equipamentos e meios de proteção individual necessários para o corte de cana, mantendo peças de reposições que precisas forem. A reposição por perda ou por dano não justificado, resultante de uso indevido do EPIs implicará no desconto nos vencimentos, do valor a ele correspondente.

Parágrafo único: No mesmo desconto incorrerá o funcionário que ao final do contrato não efetuar a devolução dos referidos EPIs.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DOS ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Serão aceitos os atestados médicos e odontológicos expedidos nos termos da Lei (constando o CID e sem rasuras) e de acordo com as normas internas da empresa.

Primeiros Socorros

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DOS MEDICAMENTOS

A **EMPRESA** se compromete em manter nos locais de trabalho, caixa de medicamentos e materiais de primeiros socorros.

Parágrafo único – Em caso de acidente de trabalho, a EMPRESA providenciará condução adequada para o socorro imediato do acidentado.

Outras Normas de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DO SERVIÇO ESPECIALIZADO EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

Nos termos do item 4.2 da Norma Regulamentadora de N.º 4, aprovada pela Portaria SSMT nº 33, de 31/10/1983, a empresa e o Sindicato optam, por considerarem mais protetivo aos trabalhadores, promovendo a saúde e protegendo a integridade do trabalhador no local de trabalho, por adotar o Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho SESMT estabelecido na citada norma, considerando que para os efeitos de dimensionamento, vinculou-se à gradação do risco da atividade principal e ao número total de empregados do estabelecimento, constantes dos Quadros I e II, anexos, observadas as exceções previstas na NR.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - DA APLICAÇÃO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

Quando for exigida pelos empregadores a aplicação de defensivos agrícolas, serão fornecidos aos empregados equipamentos adequados à segurança nos termos da lei.

Parágrafo único – A EMPRESA deverá ministrar aos empregados rurais que exerçam esta atividade, treinamento para aplicação de defensivos agrícolas, onde serão esclarecidos os riscos deste trabalho.

Relações Sindicais

Direito de Oposição ao Desconto de Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - DA ASSISTENCIAL E CONFEDERATIVA

As contribuições confederativa/assistencial dos “não sindicalizados” poderão serem descontadas, garantindo aos trabalhadores da categoria profissional “não associados” o direito de oposição a qualquer tempo, garantindo que o direito de

oposição seja divulgado nos quadros de aviso do sindicato e publicação em jornal local, do qual o trabalhador possa exercê-lo na sede das respectivas empresas, nos locais de trabalho e na sede do sindicato.

PARAGRAFO ÚNICO – Manutenção desta cláusula enquanto não sobrevier lei que autorize a cobrança de contribuição confederativa e assistencial de trabalhadores “não associados”.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - DO QUADRO DE AVISOS

Os avisos, enviados pelo Sindicato para serem afixados nos veículos que transportam os empregados rurais, serão submetidos à aprovação prévia do setor competente das empresas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - TERMO DE QUITAÇÃO ANUAL

As partes estabelecem que poderão fazer a quitação anual das verbas pagas ao empregado, conforme previsto no Artigo 507-B, da Consolidação das Leis do Trabalho cujo critério serão definidos em aditivo ao acordo coletivo.

Paragrafo Primeiro: Em decorrência do estabelecido no caput deste artigo, as homologações serão realizadas com a assistência do Sindicato dos Trabalhadores.

Paragrafo segundo: As verbas quitadas nos parágrafos primeiro e segundos terão plena, geral e irrevogável quitação das partes para qualquer efeito legal.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

Conforme autorização do artigo 611 – A, inciso V da CLT, as partes acordam que por aditivo ao presente acordo coletivo, nomearão os cargos de confiança que compõem o quadro de funcionários em aditivo ao acordo coletivo

Disposições Gerais

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - DA MULTA

Estabelecimento de uma multa no valor de 3% (três por cento) do salário normativo, por infração e empregado, no caso de violação das condições acordadas, com reversão à parte prejudicada, excluindo as cláusulas que possuam sanção pecuniária de qualquer teor.

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES DO PROC. DE PRORROG. E REV. TOTAL OU PARCIAL DOS DISPOSITIVOS

As disposições sobre o processo de prorrogação e de revisão total ou parcial dos dispositivos do presente Acordo ficarão subordinadas às normas estabelecidas pelo art. 615 da CLT.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES TÉCNICAS E DE SEGURANÇA

A **EMPRESA** se compromete a fornecer transporte aos trabalhadores rurais que satisfaçam, integralmente, as condições de segurança e comodidade, sem ônus algum para o trabalhador.

§ 1º Compromisso da empresa no cuidado com a seleção de motoristas observando, inclusive, maus antecedentes como embriagues, de forma a garantir maior segurança aos seus trabalhadores rurais.

§ 2º A empresa se compromete a oferecer ginástica laboral para os trabalhadores manuais do corte e do plantio antes do início da jornada, sendo que a comprovação se dará com a assinatura de duas pessoas de cada turma que atestarão a participação de todo o grupo nos exercícios da ginástica.

§ 3º A empresa se compromete a oferecer, no corte e no plantio manual de cana, dois períodos de descanso de 10 minutos cada: um de manhã e outro à tarde sendo que, a comprovação do gozo desses períodos, se dará com a assinatura de duas pessoas de cada turma que atestarão o gozo do citado descanso que, para todos os fins, será computado na jornada diária de trabalho.

Outras Disposições

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - DAS VERBAS DOS EMPREGADOS RURAIS

A parcela do 13º salário, o documento para saque do FGTS e as férias proporcionais serão devidas apenas aos empregados safristas despedidos durante ou no final da safra.

§ 1º Para os que permanecem trabalhando no período de entressafra essas parcelas serão pagas de acordo com a lei.

§ 2º A parcela referente ao descanso semanal remunerado só será devida se houver o comparecimento do empregado durante todos os dias úteis da semana, de acordo com a lei.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - DA MARMITA TÉRMICA

Os empregadores, no início da safra ou quando da admissão do empregado rural, mediante recibo, fornecerão gratuitamente “marmita térmica”, preferencialmente revestida de plástico.

Parágrafo único – O empregado rural fica responsável pela guarda, uso adequado, conservação e higienização regular da “marmita térmica”, devendo devolvê-la quando da cessação do contrato de trabalho.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - DOS EXTRATOS DOS DEPÓSITOS DO FGTS

Para os empregados residentes nas propriedades dos empregadores, quando seu extrato for entregue pela Caixa Econômica Federal no endereço do empregador, este providenciará a distribuição do mesmo na data de entrega do comprovante de pagamento, subsequente ao recebimento.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - DOS DEMAIS TRABALHADORES

Aos demais trabalhadores representados pela presente entidade Sindical que não sejam os rurícolas propriamente ditos, sejam eles mensalistas das áreas administrativas ligados à agrícola ou, mensalistas de outras áreas operacionais também ligados ao setor agrícola, ficam garantidas todas as cláusulas do presente instrumento, facultando-se à **EMPRESA** a implementação de outras vantagens de acordo com suas políticas de benefício e remuneração que, para todos os fins, se darão como de caráter espontâneo.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - DA VALIDADE DOS ACORDOS COLETIVOS

O presente Acordo Coletivo de Trabalho fica convalidados nos termos do artigo 7º, incisos VI e XXVI da Constituição Federal.

Parágrafo único - Este Acordo constitui-se um todo, uma integridade transacionada e comutativa posto que, qualquer alteração de qualquer das cláusulas presentes neste Instrumento, por qualquer poder, desfará integralmente o Acordo.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - ELEIÇÃO

Eleição da Justiça do Trabalho para a solução de quaisquer pendências decorrentes desta Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - DA MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS

A empresa se compromete em manter os benefícios espontaneamente oferecidos aos empregados, no caso de afastamento superior a 15 dias, nas seguintes condições:

- a. Tíquete Alimentação: até 3 meses de afastamento de qualquer tipo;
- b. Seguro de Vida em Grupo: até a aposentadoria de qualquer modalidade inclusive, aposentadoria por invalidez.

Parágrafo único – Em qualquer caso de manutenção dos benefícios por ocasião do afastamento, os empregados deverão efetuar a quitação da parte que lhes cabem nos termos da Política Interna de Benefícios da empresa, no prazo de 15 (quinze) dias, contado do recebimento do comunicado da empresa, sob pena de cancelamento do mesmo.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - DAS COTAS

Comprometem-se as partes, quanto as pessoas portadoras de deficiência, a discutirem, mesmo após o presente acordo, para fins de atendimento ao disposto no artigo 93 da Lei 8.218 de 24 de julho de 1991, as funções que devem ser consideradas para efeito de composição da cota de PCD, considerando as condições de trabalho, as questões de segurança, trabalhadores ativos e a impossibilidade de preenchimento dos requisitos técnicos exigidos. Após a discussão e negociação será elaborado aditivo ao presente acordo coletivo de trabalho.

Comprometem-se ainda, quanto aos jovens aprendizes, a avaliação de quais as

funções/cargos que possibilitam a inclusão de jovem aprendiz para fins de atendimento ao disposto no artigo 429 da CLT, para fins de apuração da base de cálculo será considerada a quantidade de empregados ativos contratados por prazo indeterminado cujos cargos/funções serão discutidos entre as partes em reuniões a serem agendadas conforme a disponibilidade das partes e após definição dos parâmetros, será elaborado aditivo ao presente acordo coletivo de trabalho.

CARLOS LESTON BELMAR
Diretor
GUARANI S.A.

ALBERTO BELOMI CAMACHO
Gerente
GUARANI S.A.

BOLIVAR RAIMUNDO
Presidente
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE GUAIRA

ANEXOS
ANEXO I - ATA NEGOCIAÇÃO COLETIVA CANA 2019-2020

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.